INFORME PUBLICITÁRIO

# PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

APP SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ – Em defesa da escola pública – CUT CNTE

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: **www.appsindicato.org.br** | Facebook: @**appsindicato**
Presidente: Hermes Silva Leão | Secretário de Comunicação: Luiz Fernando Rodrigues | Secretário Executivo de Comunicação: Claudinei Pereira | Jornalistas: Fabiane Burmester (4305-PR), Gelinton Batista (8027-PR) e Uanilla Pivetta (8071-PR). Diagramador: Rodrigo Romani (7756-PR) | Técnica em atendimento (fale conosco): Valdirene de Souza | Edição de vídeos: Luan Pablo Romero de Souza

Nº 1204
30 de setembro de 2020

# Com "tratoraço", projetos de Ratinho para militarizar escolas e alterar eleição de diretores(as) são aprovados

*Governo e deputados(as) aliados(as) resgatam instrumento da ditadura militar para votar, durante a pandemia, projetos que interferem no sistema público de educação*

Foto: divulgação

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) votou nesta segunda-feira (28) dois projetos de lei polêmicos, enviados pelo governador Ratinho Junior, para autorizar o uso de recursos da educação na militarização de escolas da rede pública estadual (PL 543/20) e alterar as regras da eleição de diretores(as) dos colégios estaduais (PL 565/20). O "tratoraço", como ficou conhecida essa forma de tramitação apressada, dispensa o debate das propostas nas comissões internas do Legislativo e com a sociedade.

"É muito grave o que está acontecendo. Em um momento de pandemia, em sessões virtuais, a Assembleia Legislativa volta com um instrumento dos tempos da ditadura militar para passar por cima do processo democrático que deve nortear as escolhas de rumo das políticas públicas", criticou o presidente da APP-Sindicato, professor Hermes Silva Leão, lembrando que o governo já usou esse expediente, no mês de abril, para extinguir e terceirizar os cargos de funcionários(as) de escolas.

Apesar da posição contrária do Sindicato e dos protestos da categoria e de estudantes, apenas os(as) deputados(as) Arilson Chiorato, Goura (PDT), Professor Lemos (PT), Luciana Rafagnin (PT), Requião Filho (PMDB) e Tadeu Veneri (PT) votaram contra o mérito das propostas.

Redução dos recursos - Pelo texto do projeto de lei n. 543/20, recursos destinados ao atendimento de toda e rede estadual de educação serão divididos para a implantação de colégios sob o modelo militar. Votado em segunda e terceira discussão no mesmo dia, o projeto foi aprovado nos dois turnos, com os votos da base aliada ao governo.

Segundo relatório do deputado Arilson Chiorato (PT), serão reduzidas as verbas previstas para áreas como a formação continuada dos(as) profissionais da educação, o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e a realização dos Jogos Escolares.

> *"É muito grave o que está acontecendo. Em um momento de pandemia, em sessões virtuais, a Assembleia Legislativa volta com um instrumento dos tempos da ditadura militar para passar por cima do processo democrático que deve nortear as escolhas de rumo das políticas públicas."*
> *Professor Hermes Leão, presidente da APP-Sindicato.*

De acordo com o parlamentar, a Secretaria da Educação e do Esporte (Seed) informou que serão gastos R$ 65 milhões por ano com os colégios militares. Desse montante, R$ 40,3 milhões vão apenas para aquisição de uniformes e R$ 25,5 milhões para o pagamento de diárias aos(às) militares.

Intervenção nas escolas - O projeto de lei 565/20, que altera a eleição das direções de escolas, permite a intervenção do governo na escolha feita pelas comunidades. Votado em primeira discussão, o texto teve 42 votos favoráveis e 9 contrários.

"Somos contrários às alterações propostas porque elas ferem diretamente o processo democrático. O Paraná foi um dos primeiros estados que passaram a respeitar a vontade da comunidade escolar na escolha das direções de escola. Isso é histórico e isso sempre foi reconhecido no país com um avanço", explica a secretária de Finanças da APP-Sindicato, professora Walkiria Mazeto.

## Servidores(as) realizam hoje manifestação contra reforma administrativa

*Do FES* - Servidoras e servidores públicos do Paraná, das esferas municipal, estadual e federal, prepararam um calendário unitário de lutas contra a reforma administrativa pretendida pelo governo federal através de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Para isso, marcaram para hoje (30) ações de protesto e esclarecimentos à população.

A intenção é dialogar com a sociedade e mostrar a importância do serviço público diante da ofensiva do governo de Jair Bolsonaro e do Congresso Nacional em tentar desqualificar os(as) servidores(as). "São os servidores públicos que garantem acesso a todos e todas à saúde, segurança e assistência social, assim como a serviços jurídicos. Dia 30 será o dia nacional de luta dos servidores das três esferas", disse a professora Marlei Fernandes, da coordenação do Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Para o economista Cid Cordeiro, há na proposta um aspecto ideológico, uma visão neoliberal. "A ideia por trás da PEC é que o Estado ofereça menos serviços para a população e transfira a busca do serviço público pelo cidadão para a iniciativa privada. Hoje as pessoas pagam impostos e recebem assistência do Estado. Com a PEC, o que hoje é concedido ao cidadão como contrapartida à sua contribuição, passará a ser pago".

Na opinião do economista, "o governo discute a saída da crise pela redução da despesa. Em nenhum momento é tratada a questão da receita. Para isso, está buscando a solução tirando direitos dos servidores e do cidadão. O governo não trabalha com a possibilidade de arrecadação de impostos de grandes fortunas, sobre dividendos, nem na revisão das isenções fiscais. Tira direitos do servidor e mantém os privilégios da elite financeira", diz.